



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

Brasília, 25 de julho de 2013

Projeto de iniciativa popular sobre recursos para a saúde vai ser entregue à Câmara em agosto

Aline Leal - Agência Brasil

Brasília - O Movimento Saúde+10 reuniu cerca de 1,6 milhão de assinaturas de apoio ao projeto de lei de iniciativa popular que visa ao repasse integral de 10% da receita corrente bruta da União para a saúde pública. O projeto será entregue à Câmara dos Deputados no dia 5 de agosto.

A presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, entidade que participa do movimento, explicou que com a aprovação do projeto a estimativa é de que haverá um acréscimo de R\$ 42 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde, que, segundo ela, hoje gira em torno de R\$ 80 bilhões.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Wilson Alecrim, o projeto foi feito pensando no que é viável. “Outros projetos defendem a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto, que ia chegar a um valor de R\$ 300 bilhões, o que é inviável”, disse.

Edição nº 14657

25/07/2013

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br
de 2013

Quinta feira, 25 de julho

POLÊMICA

Declarações podem comprometer Mauri

KAMILA ARRUDA

Da Reportagem

As declarações do secretário Estado de Saúde, Mauri Rodrigues (PP), a cerca dos custos das Organizações Sociais de Saúde (OSSs) para o governo devem reacender uma discussão que já havia sido encerrada. Por conta da polêmica, o governador Silval Barbosa (PMDB) pode repensar a decisão de manter o progressista à frente da Pasta.

Caso volte atrás e substitua Mauri, o peemedebista resolveria dois problemas com uma tacada só. Isto porque acabaria com a insatisfação do Partido Progressista (PP), que já declarou ter partido para a oposição, e abafaria as polêmicas em torno da Pasta.

Por outro lado, criaria uma expectativa sobre quem seria o escolhido. Quando foi cogitada a exoneração de Mauri, há cerca de um mês, o deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB) chegou a ser cotado. No entanto, descartou a possibilidade alegando estar mais focado em seu projeto de reeleição em 2014.

A saída do progressista do primeiro escalão estadual foi solicitada pelo próprio partido, que não estava contente com sua atuação. Como forma de pressionar o governador, além de ameaçar partir para a oposição, a base do PP na Assembleia Legislativa, formada pelos deputados Ezequiel Fonseca e Antônio Azambuja, se disponibilizou a assinar dois requerimentos para criação de



Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs).

Uma delas, inclusive, investigaria os motivos que resultaram no vencimento de centenas de caixas de remédios de alto custo dentro das dependências das SES. Azambuja teria pedido, até mesmo, para presidir este grupo.

Como Silval se mostrou irredutível quanto à substituição de Mauri, o PP acabou desistindo e entregou a secretaria. O peemedebista garantiu que encontraria um novo espaço para a sigla na administração. Uma forma de garantir a sua permanência na base. Entretanto, a demora por um posicionamento fez com que o PP adotasse uma postura "independente".

A aparente trégua sobre o assunto, contudo, deve ser quebrada diante das declarações de Mauri esta semana. Em entrevista coletiva concedida nesta terça-feira (23), o secretário admitiu que paga pelo serviço prestados pelas OSSs sem saber exatamente o seu custo.

"Temos um controle do que se paga, mas não temos, contabilmente, separado por unidade. Nós estamos na procura deste custo para dar essa resposta, até porque o governador, a sociedade e todos nós queremos saber", disse o secretário.

As OSSs e os medicamentos vencidos, entretanto, não foram os únicos problemas enfrentados por Mauri desde que assumiu o posto, no início do ano.

O progressista já teve que lidar com a pressão dos prefeitos do interior, que reclamavam de atrasos nos repasses da Saúde, e com o aumento na judicialização de pedidos que a Pasta deveria atender, mas não consegue como o fornecimento de remédios, cirurgias e tratamentos.

Ainda assim, Silval sustenta ter optado pela permanência de Mauri porque o progressista vem fazendo um bom trabalho.

Fonte: www.issuenoticia.com.br CURTO & GROSSO /

Quarta, 24 de julho de 2013, 17h04

Relação obscura

Descontrole pode expor irregularidades em OS

DA REDAÇÃO

A declaração do secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, de que não há controle em relação aos gastos com as Organizações Sociais de Saúde (OSS) pode ser considerado, no mínimo, inusitado. Isso porque, conforme previsto em contrato, as OS precisam cumprir metas de atendimento para receber determinada quantia em dinheiro para cobrir as despesas.



Ou seja, há muito a ser desvendado na parceria das Organizações Sociais com os Hospitais Metropolitanos idealizado pelo ex-secretário de saúde, deputado federal Pedro Henry (PP). Com a palavra, o Ministério Público Estadual (MPE) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 25 de julho de 2013

Edição nº 14657 25/07/2013

SAMU

Socorristas ficam sem refeição

Da Reportagem

Servidores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) não receberam a alimentação ontem porque a Secretaria de Estado de Saúde (SES) não pagou a empresa responsável pelo serviço.

Os trabalhadores reclamam ainda da falta de estrutura da sede, que tem problemas na rede elétrica, e da não regularização das novas ambulâncias, entregues pelo Ministério da Saúde em junho.

A empresa fornece três refeições diárias e segundo funcionários do Samu, o almoço somente foi garantido porque a fornecedora do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho fez a entrega. Até o fechamento desta edição, não havia previsão de como seria o jantar.

A refeição é apenas uma das reclamações dos trabalhadores que também convivem com a precariedade das ambulâncias. Segundo os socorristas, as novas unidades estão irregulares com o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran/MT) e por lei não poderiam circular.

OUTRO LADO – A SES, por meio da assessoria de imprensa, informou que o atendimento já foi reestabelecido e o pagamento realizado ontem.

Sobre as ambulâncias, a SES alega que está aguardando um termo de doação do Ministério da Saúde para que seja feito o emplacamento dos nove veículos novos.

Conforme a assessoria, os carros não estão irregulares porque existe um precedente para veículos oficiais.

Quanto à falta de manutenção da parte elétrica do prédio que abriga a atual sede do Samu, a SES relata que o serviço será transferido para um novo espaço, onde funcionava o Hospital Modelo. A data da mudança não foi confirmada porque o imóvel precisa de reforma.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Quinta, 25 de julho de 2013, 08h00



RECLAMAÇÕES

Faltam medicamentos e materiais para o Samu

Redação do GD

Somente cerca de 10% dos materiais e medicamentos solicitados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) são entregues pela Secretaria de Estado de Saúde (SES). Funcionários relatam que alguns materiais são oferecidos com validade vencida, dificultando a prestação de socorro em Cuiabá e Várzea Grande e colocando em risco a saúde dos profissionais e das vítimas. A categoria realizará uma reunião ainda esta semana para definir se o atendimento será paralisado.

Um funcionário relata que a lista de solicitação de medicamentos é ampla e a SES não consegue atender a demanda e o único material que não falta é saco de lixo. “O Samu só está funcionando porque a Secretaria Municipal de Saúde empresta medicamentos. Não tem máscara, falta gaze para atadura, as luvas são vencidas. Como vamos ter segurança para pegar em um paciente ferido sem saber se as luvas vão romper?”, questiona.

[Matéria Completa na edição impressa de A Gazeta desta quinta-feira \(25\)](#)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 25 de julho de 2013, 09h58

SEM ESTRUTURA

Defensoria quer melhorias em Centro de Idosos

Flávia Borges, repórter do GD

A Defensoria Pública ameaça ingressar com uma ação civil pública caso a Prefeitura de Cuiabá não corrija as constatadas na estrutura física e a falta de serviços no Centro de Convivência de Idosos padre Firmo Duarte em um prazo de 15 dias.

A Prefeitura já havia sido notificada via administrativa.

Conforme a Defensoria, materiais utilizados para tratamento odontológico estão vencidos, piscina sem corrimão, armários enferrujados, falta de sala de expurgo, cadeira de dentista e geladeira sem funcionamento. Estes são alguns dos problemas constatados durante a segunda visita ao local.



Conforme a defensora Silvia Maria Ferreira, que esteve no local, também foram observadas deficiência no quadro de funcionários. Falta assistente social. "São apenas dois educadores físicos com uma carga de 30 horas semanais e que não atende a demanda do Centro de Convivência", explicou Silvia.

Durante a primeira visita ao local, há cerca de 20 dias, a Defensoria constatou a falta de funcionários. Uma semana depois uma equipe voltou ao local e observou novas demandas.

A Defensoria Pública foi acionada por idosos devido à falta de serviços no Centro, que tem 747 pessoas cadastradas.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Quinta, 25 de julho de 2013, 10h12

GOVERNO X MÉDICOS

Impasse coloca saúde em encruzilhada

Redação do R7

[A saúde no Brasil vive um impasse que opõe médicos e o governo e coloca em risco a modernização de um setor crucial visto como deficiente e que é frequentemente mal avaliado pela população.](#)

[Em junho deste ano, uma pesquisa do Ibope realizada em 79 municípios de todo o país e divulgada pela revista Época mostrou que 78% dos entrevistados julgaram que o maior problema do Brasil é a saúde. Ainda em janeiro, outro levantamento feito pelo Ibope em parceria com a CNI \(Confederação Nacional da Indústria\) indicou que 61% dos brasileiros consideram o sistema de saúde péssimo ou ruim.](#)

[Leia mais](#)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Quinta, 25 de julho de 2013, 09h18

Células-tronco podem ajudar pacientes com esquizofrenia

Agência Brasil



A reprogramação de células-tronco tem combatido os sintomas de pacientes com esquizofrenia. Após constatar que neurônios de pacientes com a doença consomem mais oxigênio que as células saudáveis do sistema nervoso, a equipe coordenada pelo pesquisador biomédico Stevens Rehen tem testado um tipo de medicamento capaz de reverter o problema.

A técnica da reprogramação celular, usada em laboratório pelo pesquisador, foi criada em 2007 pelo ganhador do Prêmio Nobel de Medicina, Shynia Yamanaka. Com o método, é feita uma biópsia do paciente com um pedaço da pele, de onde é extraída uma célula que posteriormente criará um tecido saudável.

"Não se usa necessariamente uma célula da pele, o fibroblasto, mas esta é uma forma mais fácil do procedimento e assim a transforma no que está interessado em estudar ou recriar", explicou Rehen, em palestra durante a 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Realizado desde 1948, o encontro tem o objetivo de difundir os avanços da ciência e debater políticas públicas para área.

O biomédico destacou que a esquizofrenia é uma doença que afeta 1% da população mundial e está associada à má-formação do sistema nervoso. Apesar de não existir consenso sobre as causas, há indícios de que o estresse oxidativo tenha papel fundamental na geração da doença. O sintoma ocorre quando as defesas antioxidantes do corpo humano falham no momento da respiração.

Apesar do sucesso nas pesquisas em laboratório, Rehen destaca que ainda não foi descoberto ou criado um novo remédio para o combate à esquizofrenia. "É importante frisar que esse fato não significa que se descobriu nenhum medicamento, só foram abertas possibilidades. Agora podemos fazer uma triagem de centenas de medicamentos", declara. Ele lembra que o método não é eficaz para todos os pacientes com esquizofrenia, pois as pessoas podem ter sintomas completamente diferentes.

Rehen explica que existem vários tipos de células-tronco, sendo que as embrionárias têm a maior capacidade de geração ou regeneração de órgãos, pois permite a formação diferentes tecidos do paciente. No caso da pesquisa, a célula foi reprogramada como um neurônio.

"Células-tronco reprogramadas são uma forma de voltar à célula de um adulto. Quando se abre essa 'caixa de pandora' e transforma essa célula da pele em outra que tenha a capacidade de gerar qualquer tecido, se abre uma série de possibilidades experimentais e eventualmente terapêuticas", aponta Rehen.

Segundo Rehen há centenas de doenças sendo estudadas por todo mundo com as técnicas de reprogramação celular. Com o estudo de células-tronco também há pesquisas para criação de órgãos sob medida, "personalizados". "É possível hoje em dia, em laboratório, retirar as células do coração de um animal, deixar a 'matriz' e introduzir nessa carcaça células-tronco que vão repovoar aquele órgão fazendo um coração novo. Se trata de um órgão personalizado, já que vai ser eventualmente transplantado no animal. Quando se pega uma célula reprogramada, além de tudo, diminui o risco de rejeição."



No futuro, será possível uma medicina individualizada, pois a célula embrionária é criada com as células do próprio paciente. “Será possível, inclusive, a criação de órgãos sob medida por impressoras em 3D”, avalia. Mas o pesquisador garante que ainda não há prazo para que essa nova tecnologia seja colocada em prática e alerta para o “turismo de células-tronco”.

“É um problema mundial. Pessoas desenganadas com problemas graves, cuja medicina atual não é capaz de resolver, identificam sites e locais que prometem a cura imediata. Basta ir até o local e receber uma injeção de células-tronco. São pessoas que saem de grandes centros pagando, às vezes, US\$ 30 mil para receber um medicamento que não tem nenhuma comprovação científica e, na maior parte dos casos, pode ser perigoso”, orienta.

A reunião da SBPC continua nesta quinta-feira (25) com palestras sobre doenças autoimunes, com o professor de medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Luiz Eduardo Andrade, às 10h30. No período da tarde, entre os destaques está a mesa-redonda Integridade Científica, Financiamento e Comunicação da Ciência: Novos Tempos?, com os pesquisadores Paulo Beirão (CNPq), Ricardo Bacelar (UFC) e Sonia Vasconcelos (UFRJ).

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

DIAMANTINO 25/07/2013 11:54

Saúde na comunidade: Prefeito visita ação do NASF com gestantes

Da Reportagem

Para que as ações no atendimento em saúde sejam completas, Diamantino conta com o acompanhamento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), constituído por uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, para atuarem em conjunto com os profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF).

A estrutura volante do NASF de Diamantino é integrada por: psicóloga, educador físico, fisioterapeuta, nutricionista e assistente social, que subsidiam os trabalhos realizados nas ESFs em grupos com públicos específicos, como por exemplo, gestantes, idosos e adolescentes.

O prefeito Juviano Lincoln e o secretário municipal de Saúde, Itamar Martins Bonfim, acompanharam nesta terça-feira (24) os trabalhos realizados pelo NASF com as gestantes na ESF do bairro da Ponte.

A psicóloga Lilian Barbieri conversou com as gestantes sobre afetividade com o bebê, abordou o processo de idealização do filho, e o trabalho pessoal de cada mãe com o imaginário e o real, bem como o relacionamento familiar saudável.

Logo em seguida a nutricionista Kenya Kelly Dias de Almeida Fonseca abordou sobre alimentação adequada e nutritiva.

A sede do NASF de Diamantino está situada na ESF Bom Jesus, no bairro Novo Diamantino, mas a



equipe desenvolve o trabalho em conjunto com toda a rede municipal.

Casos complexos são tratados de forma individuais, com apoio do sistema integrado do município entre as Secretarias, contando com, por exemplo, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviço de Assistência Especializada (SAE/CTA).

Saúde na Escola - Diamantino também faz parte do Programa Saúde na Escola (PSE), em que cada ESF atende os alunos do bairro em que está instalada.

Um espaço privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos e de doenças, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento integral e propiciando à comunidade escolar o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. (Assessoria)

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br BARRA DO BUGRES 25/07/2013 12:31

Saúde no Bairro atende mais de duas mil pessoas em uma semana

Da Reportagem

A Escola Alfredo José da Silva, no bairro Maracanã, em Barra do Bugres, abriu as portas no sábado (20) para receber a equipe do Programa Saúde no Bairro, que tem por objetivo promover a saúde, prevenir doenças, facilitar a acessibilidade e atender o maior número de usuários em especialidades médicas e de rotina básica.

São oferecidos atendimentos em pediatria, ortopedia, ginecologia, clínica geral, vacinação, coleta de preventivo, exames laboratoriais, farmácia básica, teste de hanseníase, acolhimento com fisioterapeutas, confecção do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), ações educativas, atividades físicas e recreativas, entre outros.

O Saúde no Bairro no Maracanã atendeu 2.240 pessoas. Entre os atendimentos estão 225 com clínico geral, 56 com pediatra, 61 com ginecologista e 81 com ortopedista.

Joseane dos Santos aproveitou o mutirão da saúde para fazer uma consulta com o ortopedista. Segundo ela, constantemente sente dor no joelho. Já Tahis Batista Silva consultou com o ginecologista. As duas consideram a ação muito importante por que muitas pessoas trabalham durante a semana ou moram longe e não tem tempo para ir até uma unidade de saúde.

O prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo, que acompanhou os trabalhos do Saúde no Bairro, destacou que a ação busca aproximar a administração da população e reduzir o número de atendimentos nas unidades de saúde e no Hospital Municipal. "A nossa preocupação é atender os moradores da melhor forma e estamos trabalhando para fazer grandes mutirões e atender a população em diversas áreas", disse Júlio.



Esta foi a terceira edição do Saúde no Bairro, desenvolvido pela Prefeitura de Barra do Bugres, por meio da Secretaria de Saúde. Estão envolvidas nas atividades do programa as equipes da Atenção Básica, Núcleo de Apoio a Atenção Básica (Nasf), Unidade Descentralizada de Saúde (UDR), Central de Regulação, Laboratório Municipal, Farmácia Básica, Vigilância Sanitária, Centro Integrado de Especialidades e Hospital Municipal Roosevelt Figueiredo Lira mais equipe de apoio.

Nesta edição também participaram as secretarias de Desenvolvimento Social e Trabalho e de Educação, por meio do Departamento de Cultura. (Vanelirte Moretto/Assessoria)

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 25 de julho de 2013

Edição nº 14657 25/07/2013

CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Análise termina em 15 dias

Da Reportagem

Dentro de 15 dias a prefeitura de Cuiabá deve anunciar o resultado da análise que vem sendo realizada pela Procuradoria Geral do Município (PGM) nos contratos temporários na Secretaria de Saúde.

Inicialmente, a intenção do prefeito Mauro Mendes (PSB) é reduzir, ao menos pela metade, o número de contratados da Pasta, que hoje “abriga” quase 50% do quadro de funcionários do município.

Conforme o procurador-geral, Rogério Gallo, o levantamento está sendo voltado, principalmente, ao impacto financeiro que esta substituição pode causar aos cofres públicos.

“Não vamos poder trocar todos os contratados por efetivos, até porque a secretaria de Saúde, assim como as demais, necessita deste tipo de mão de obra. Estamos fazendo este estudo, justamente para saber quantos poderão ser substituídos por efetivos, que querendo ou não representam um gasto maior”, explica.

Por conta disso, Gallo afirma que o levantamento se tornou complexo. “Temos que saber quantos contratados a Pasta possui, quanto desses contratados já passaram em concurso público e estão aguardando serem chamados e quantos podem ser substituídos. O modelo de contrato não pode ser demonizado, precisamos mantê-lo também”, enfatiza.

De acordo com ele, pelo menos 49% dos servidores da Saúde são contratados. “Estamos fazendo um levantamento do perfil deles. O estudo ainda está em curso e requer muita atenção, mas os contratos são legais”.

Mendes solicitou o estudo à Procuradoria após a decisão da juíza auxiliar da Segunda Vara de Família, Cecília Regina Vidotti, que determinou a anulação de todos os contratos temporários da Pasta, alegando que este modelo seria inconstitucional.



A sentença da magistrada é em decorrência de uma ação civil pública do Ministério Público Estadual (MPE) contra o ex-prefeito Wilson Santos (PSDB), que teria cometido irregularidades em contratações sem concurso público.

O tucano foi condenado por ato de improbidade administrativa e teve os direitos políticos cassados pelo período de três anos. (KA)

Fonte: www.rdnews.com.br

[ALTA FLORESTA](#) | 24/07/2013 - 20:52

Juíza manda Ipas pagar médicos; diretor negociou em 3 parcelas

Tarso Nunes



A pedido do Ministério Público do Trabalho de Alta Floresta (a 800 km de Cuiabá), a juíza, Thaísa Cesário Ivantes, concedeu antecipação tutelar que obriga o Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (IPAS) a realizar, no prazo de 72 horas, a regularização dos salários atrasados dos médicos e enfermeiros que prestam serviços ao hospital regional de Alta Floresta. Caso descumpra a decisão, o Instituto pagará multa de R\$ 5 mil por dia de atraso. O Ministério do Trabalho também pleiteia que os réus sejam condenados solidariamente ao pagamento de indenização no valor de R\$ 1 milhão, a título de danos sociais.

A determinação vai ao encontro de um dos objetivos de ação civil pública ajuizado pelo órgão, que é o de evitar uma paralisação total dos serviços públicos de saúde do hospital, caso a situação salarial dos trabalhadores não seja resolvida. “Entendo que existe razoável risco de lesão ao direito à saúde da coletividade, estando, portanto, presente requisito para o deferimento da tutela de urgência”, concordou magistrada.

A procuradora do Trabalho, Fernanda Alitta Moreira da Costa, disse que a ação busca ainda preservar os direitos constitucionais e legais da classe trabalhadora, pois depende do que ganha para suprir a sua subsistência e a de sua família. “Deixando de receber seu salário, não pode se manter socialmente”, explicou.

A ação civil pública tramita na Vara do Trabalho de Alta Floresta em face do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (IPAS), responsável pela organização, administração e gerenciamento do hospital, e do Estado de Mato Grosso/secretaria de Estado de Saúde.

Outro Lado



O diretor-geral do Ipas, Edegar Costa, negou os atrasos e ressaltou que os salários que estavam em tardança já foram negociados. “Os débitos de abril e maio iremos pagar em 3 parcelas”. Edegar explicou ainda que os trabalhos seguirão normalmente na região.

Fonte: www.rdnews.com.br

[CAMPO NOVO DO PARECIS](#) | 25/07/2013 - 11:43

Secretário de Desenvolvimento morre; suspeita de hantavirose

Jacques Gosch



José Diogo Dutra

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Campo Novo do Parecis, José Diogo Dutra, faleceu na madrugada desta quinta (25), em Tangará da Serra, onde estava hospitalizado. O corpo está sendo velado na Câmara Municipal. O prefeito Mauro Berf (PMDB) já decretou luto oficial de três dias.

Na semana passada, Diogo passou mal e foi internado na semi UTI do Centro Hospitalar de Campo Novo do Parecis. Com suspeitas de hantavirose, o quadro clínico se complicou e foi necessária a transferência para o Hospital das Clínicas de Tangará da Serra.

Em estado grave desde a última sexta (19), Diego acabou não resistindo à enfermidade e faleceu. Nas próximas horas, a Prefeitura de Campo Novo do Parecis deve se pronunciar oficialmente pelo ocorrido.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / SAÚDE DA FAMÍLIA

25.07.2013 | 08h27 - Atualizado em 25.07.2013 | 08h28

Tamanho do texto A- **A+**



Escola de Saúde Pública capacita profissionais

Curso terá duração de um ano e carga horária de 420 horas

DA REDAÇÃO

A Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) realiza o IV Curso de Especialização em Saúde da Família, na Escola de Saúde Pública de Mato Grosso. A capacitação prepara os profissionais - médicos, enfermeiros e odontólogos - para os serviços e as práticas em unidades básicas na atenção primária à saúde da família. Segundo a diretora Marta Bumlai, o curso segue a diretriz da Escola de Saúde Pública, que tem o compromisso de qualificar trabalhadores para a reestruturação da atenção primária no estado e aprimorar a gestão e a organização dos serviços de atenção primária.

O curso aborda a história das políticas públicas de saúde, bases legais do SUS (Sistema Único de Saúde) e estratégia da Saúde da Família. As ações do PSF tem foco na família e na comunidade onde em um espaço territorializado os profissionais que atuam no programa passam a ter vínculo com a comunidade e conhecimento das necessidades de saúde deles, o que facilita os vários serviços de saúde no enfrentamento às doenças e no trabalho de prevenção. E num segundo momento, a provocação de fixar profissionais dentro do Programa de Saúde da Família.

O cuidado integral às famílias, epidemiologia aplicada ao modelo de saúde da família, planejamento e avaliação em saúde da família, além de realização de pesquisa em saúde, realizando o planejamento e avaliação das atividades da saúde da família, são outros temas em discussão no curso que terá a duração de um ano, com encontros mensais, nas dependências da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso, com carga horária de 420 horas.



Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

25 de Julho de 2013 - 07:48

Deputado recebe mais denúncias de sobre medicamentos vencidos

Fonte: A Gazeta

As perdas de remédios e vacinas podem ser muito maior que as anunciadas até agora. O presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, deputado Antônio Azambuja (PP), recebeu denúncias de servidores que apontam para outras perdas em medicamentos e principalmente vacinas, ambos fornecidos pelo Ministério da Saúde para atender a demanda do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Pedi informações emergenciais do governo do Estado sobre a situação em Sinop, Rondonópolis, Barra do Garças e Peixoto do Azevedo, pois os dados que nos chegaram são de que as perdas são ainda maiores do que as detectadas em Cuiabá e que foram fiscalizadas pelos deputados da Comissão de Saúde in loco", assinalou Antônio Azambuja, frisando estar encontrando dificuldades em obter do governo do Estado informações precisas a respeito da situação.

"O próprio secretário de Saúde, em entrevista à imprensa, disse que não tem controle sobre o repasse para as Organizações Sociais de Saúde (OSS) que eram responsáveis pela Farmácia de Alto Custo", apontou Antônio Azambuja.

O deputado disse que se não obtiver informações precisas a respeito do quadro e da situação dos medicamentos e principalmente das vacinas que estariam perdendo a validade por falta de acondicionamento refrigerado como determinado pelos laboratórios fabricantes, vai acionar a Comissão de Parlamentares de Plantão da Assembleia Legislativa para acionar a Justiça a tomar providências ou mesmo afastar o secretário Mauri Rodrigues de Lima de suas funções, diante do risco iminente de prejuízos



irreparáveis aos cofres públicos.

Estima-se que os prejuízos do governo do Estado e da sociedade pelos medicamentos que perderam a validade e que estavam na Farmácia de Alto Custo em Cuiabá giraria entre R\$ 1,3 milhões e R\$ 2,2 milhões, mas os levantamentos ainda não teriam sido concluídos pela Auditoria Geral do Estado (AGE). Também não houve informações se os levantamentos do governo do Estado contemplariam outras regiões de Mato Grosso.

O secretário de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, que assumiu a Pasta da Saúde em fevereiro deste ano, apontou que todos os levantamentos estão sendo realizados para se conhecer toda a realidade da Pasta de Saúde que é ampla por atender a todo o Estado e seus 141 municípios e prometeu um posicionamento emergencial quanto a questão dos medicamentos e vacinas.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

Tamanho do texto A- A+

COTIDIANO / CGU

Quinta, 25 de julho de 2013, 09h41

Cuiabá sedia primeiro encontro regional do “Caravanas das Ouvidorias: rumo ao sistema participativo”

O encontro reúne ouvidorias públicas das três instâncias

DA REDAÇÃO

A Ouvidoria-Geral da União (OGU), órgão ligado à Controladoria-Geral da União (CGU), realiza, nesta quarta e quinta-feira (24 e 25 de junho), em Cuiabá (MT), o primeiro encontro regional do Projeto “Caravanas das Ouvidorias: rumo ao sistema participativo”, reunindo ouvidorias públicas (federais, estaduais e municipais), conselhos de políticas públicas e representantes da sociedade civil organizada dos estados de Goiás, Mato Grosso,



Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

O objetivo é promover a troca de experiências; o aperfeiçoamento dos processos de trabalho; a integração de sistemas; e o fortalecimento institucional desses espaços de defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. O encontro recebe ainda representantes da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na oportunidade, o ouvidor-geral da União, José Eduardo Elias Romão, irá debater sobre a criação e regulamentação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas - instrumento de gestão articulada e compartilhada que, a partir de ações e metas, seja capaz de garantir atendimento de excelência às manifestações da sociedade e aprimoramento constante de serviços públicos. Em seguida, o servidor Fábio Felix Cunha da Silva da unidade regional da CGU em Mato Grosso falará sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos estados.

O Projeto Caravanas é idealizado pela Ouvidoria-Geral da União (OGU), em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, com apoio do Departamento de Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde (Doges/SUS). Em cada uma das cinco capitais onde o evento será sediado, a Ouvidoria Estadual fica responsável pela organização e recebimento das inscrições.

O Encontro da Região Centro-Oeste acontece no Salão Nobre Secretário Cloves Vettorato, no Palácio Paiguás.

Fonte: www.odocumento.com.br **Nacional**

Mais Médicos: 46% dos municípios fizeram inscrição; prazo termina hoje

25/07/2013 - 13h26



Terra

Um total de 2.552 municípios estão inscritos no programa Mais Médicos. O número representa cerca de 46% das cidades brasileiras, com maior concentração na Região Nordeste. O prazo para



inscrição termina à meia-noite desta quinta-feira.

Do total de municípios inscritos, 867 estão na Região Nordeste, 652 no Sudeste, 620 no Sul, 207 no Norte e 206 no Centro-Oeste. Os dados são do último balanço do Ministério da Saúde que contabiliza as inscrições feitas até ontem. Todos os municípios do País podem participar do programa indicando as unidades básicas de saúde de suas regiões em que há falta de médicos.

Lançado por medida provisória, o Programa Mais Médicos tem como meta levar médicos para atuar durante três anos na atenção básica à saúde em regiões pobres do Brasil. O Mais Médicos também prevê a possibilidade de contratar profissionais estrangeiros para trabalhar nessas regiões carentes. A ampliação do número de vagas em cursos de medicina e da residência médica também faz parte dos objetivos do programa.

Cronograma

Com o fim do primeiro período de inscrições, o Ministério da Saúde divulgará no dia 26 de julho o total de vagas existentes em cada cidade inscrita. E, até o dia 28, os médicos brasileiros que aderiram ao programa poderão escolher os municípios onde querem atuar pelo site www.saude.gov.br. Em 1º de agosto será divulgada a relação de profissionais com registro profissional no Brasil que terão de homologar a participação e assinar um termo de compromisso até 3 de agosto. Dois dias depois, as escolhas serão validadas no Diário Oficial da União. As vagas remanescentes serão divulgadas em 6 de agosto. O processo de escolha nesta segunda etapa vai até 8 do mesmo mês e os resultados serão publicados em 13 de agosto.

Os profissionais que atuarão no programa receberão bolsa federal de R\$ 10 mil, paga pelo Ministério da Saúde, mais ajuda de custo, e farão especialização em atenção básica durante os três anos do programa. Os municípios ficarão responsáveis por garantir moradia e alimentação aos médicos, além de ter de acessar recursos do ministério para construção, reforma e ampliação das unidades básicas. Segundo o governo, a prioridade nas vagas será de médicos brasileiros, e somente as que não forem preenchidas serão oferecidas aos estrangeiros.

Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

Brasil deveria focar mais em enfermeiros, diz especialista

25/07/2013 - 10h20

A- A+



Terra

O Ministério da Saúde brasileiro está focando excessivamente na falta de médicos e deveria seguir o exemplo de países que investiram na formação de agentes comunitários e enfermeiros como forma de preencher gargalos no atendimento à população. Essa é a opinião de Ilona Kickbusch, diretora do Programa de Saúde Global do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais (IHEID, na sigla em francês), em Genebra.

A especialista vê o Sistema Único de Saúde (SUS) como "modelo internacional quando o assunto é cobertura universal de saúde", mas prevê a necessidade de um novo plano nacional de saúde que desenvolva um sistema "mais horizontal, menos focados em médicos, mais participativo, que use tecnologias de maneiras inovadoras e seja mais voltado para prevenção"

"O governo federal precisa agora traçar um plano envolvendo a sociedade civil, as autoridades locais, as associações de profissionais de saúde. Assim como aconteceu uma iniciativa histórica para a criação do SUS, é momento de uma forte mudança nacional, não bastam atos simbólicos" disse ela à BBC Brasil.

Para Kickbusch, o programa Mais Médicos, que visa levar profissionais para regiões necessitadas e prevê a contratação de até 12 mil médicos - que eventualmente poderão ser estrangeiros - tem foco exacerbado nos médicos.

"A questão não é apenas sobre médicos, mas sobre agentes de saúde comunitários, enfermeiras e outros profissionais de saúde. Até porque grande parte dos problemas de saúde do Brasil hoje são doenças crônicas, para as quais o tratamento ou prevenção não necessariamente necessitam de um médico", disse.

Experiência escandinava

Ela cita como exemplo a experiência dos países escandinavos, que nos últimos dez anos têm investido crescentemente na ampliação do quadro de profissionais de saúde comunitária. Segundo a especialista, é raro que médicos estejam dispostos a servir em áreas remotas ou rurais. Estimativas da OMS mostram que a oferta de médicos em áreas urbanas é de oito a dez vezes maior que nas zonas rurais.

A ideia de obrigar médicos e estudantes de medicina a trabalhar em áreas remotas, que está sendo contemplada no Brasil com um projeto em andamento no Congresso, encontrou resistência em outros países, como conta Jesse Bump, professor do Departamento de Saúde Internacional da Universidade de Georgetown, em Washington.



"É difícil ter esquemas ou políticas que obriguem os médicos a trabalhar em áreas rurais ou remotas. Alguns países tentaram isso, o Egito foi um deles, mas é muito difícil porque as pessoas têm direito de liberdade de movimento, é um assunto delicado".

Países como África do Sul optaram por trazer médicos cubanos ao país, por não conseguirem incentivar médicos a se estabelecer em áreas rurais. "Houve muita reclamação das associações de médicos sul-africanos, de que isso iria prejudicar o mercado nacional. Os mesmos argumentos que se ouve hoje no Brasil", diz Bump.

Para o Brasil, na opinião de Bump, a eventual opção pela contratação de médicos cubanos seria apenas uma solução "para mitigar a situação, por dois ou três anos". "No longo prazo, é preferível o investimento em profissionais locais. É preciso um plano nacional que preveja a saída dos profissionais cubanos e o que acontecerá depois. A medida dá uma janela de três a cinco anos para o governo estabelecer uma estratégia nacional que deve incluir a dimensão educacional", complementa Kickbush.

Clínica geral x especialização

A preferência dos profissionais pela especialização - mais rentável - em detrimento do atendimento como clínico geral tem sido um problema para o Ministério da Saúde, mas também causa dores de cabeça em outros países.

Kickbush diz que "ninguém quer ser clínico geral, isso acontece aqui na Suíça, no Quênia, no Brasil, em todo lugar". "A profissão de médico hoje valoriza as especializações, há poucos clínicos gerais e eles não são valorizados". Ela propõe soluções como as implementadas na China, que prevê incentivos para o trabalho em áreas rurais.

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 010, DE 11 DE JULHO DE 2013.

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 10 e 11 de julho de 2013, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e



O Conselho Nacional de Saúde, referenciado nas conseqüências negativas das terceirizações na área da saúde vêm a público para se manifestar contra a proposta de regulamentação da terceirização contida no Projeto de Lei 4.330/2004 que tramita em fase final na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

O projeto que tramita em fase final na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, representa um imenso retrocesso à organização dos trabalhadores ao permitir a terceirização na atividade-fim (a principal atividade), precarizando as relações e a organização sindical e permitindo que uma empresa possa existir sem qualquer funcionário contratado de maneira direta.

O Brasil possui hoje um gigantesco índice de rotatividade, segundo o estudo de 2011 do Dieese, denominado “Rotatividade e Flexibilidade no Mercado de Trabalho”, o qual afirma que aproximadamente 50% do total de trabalhadores com carteira assinada entre os anos de 2008 e 2010 foram demitidos e recontratados. As práticas de terceirização serão fortalecidas, pelo projeto em análise, institucionalizando a rotatividade que contamina as relações de trabalho e impede o desenvolvimento do mercado interno.

Nas últimas décadas, o crescimento descontrolado da terceirização, com o objetivo principal de reduzir custos das empresas, resultou em grande precarização das condições de trabalho, com aumento das situações de risco e do número de acidentes e doenças, devido ao desrespeito às normas de saúde e segurança, baixos níveis salariais, ampliação das jornadas de trabalho, crescimento da rotatividade e inadimplência de direitos trabalhistas.

Além disso, os empregados terceirizados sofrem discriminações no local de trabalho, sendo tratados como trabalhadores de “segunda categoria”. E, ao contrário do que é amplamente divulgado pelos que são diretamente interessados, a terceirização não gera emprego nem garante a alocação de mão de obra especializada. Os resultados nefastos deste processo estão estampados nas estatísticas de sofrimento, adoecimento e morte.

Diante deste cenário manifestamos publicamente nossa posição intransigente em defesa dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e contra a aprovação deste projeto que representará uma verdadeira tragédia para a Saúde do Trabalhador Brasileiro, legalizando a dinâmica de precarização das relações de trabalho presente no mercado de trabalho brasileiro. Um projeto de lei que garante “segurança jurídica às empresas” deve também garantir “segurança social” aos trabalhadores e estar assentado na isonomia de direitos, de salário e de tratamento dos terceirizados.

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Quadragésima Sétima Reunião Ordinária.